



**DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**Ano XIV – nº 177 – Porto Alegre, sexta-feira, 26 de julho de 2019**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 68, DE 12 DE JULHO DE 2019.**

Dispõe a composição do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no processo 0013434-41.2015.4.04.8000 e considerando o disposto na Resolução nº CNJ nº 211/2015, artigos 7º, 8º e 12, quanto aos Comitês de Governança e de Gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação, resolve:

Art. 1º Estabelecer o COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO com a seguinte composição:

- I - Juiz Federal, indicado pela Presidência.
- II - Juiz Federal Coordenador do Processo Judicial Eletrônico - eproc.
- III - Juiz Federal Coordenador do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.
- IV - Juiz Federal Diretor de Foro da Seção Judiciária do Paraná.
- V - Juiz Federal Diretor de Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
- VI - Juiz Federal Diretor de Foro da Seção Judiciária de Santa Catarina.
- VII - Diretor-Geral do Tribunal.
- VIII - Diretor de Tecnologia da Informação do Tribunal.
- IX - Diretor da Diretoria Judiciária do Tribunal.
- X - Diretor da Assessoria de Planejamento e Gestão do Tribunal.
- XI - Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação da Seção Judiciária do Paraná.
- XII - Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
- XIII - Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação da Seção Judiciária de Santa Catarina.
- XIV - Representante indicado pela Coordenadoria dos JEFs da 4ª Região.

XV - Representante indicado pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região.

XVI - Servidor de gabinete indicado pela Presidência do Tribunal.

XVII - Servidor integrante do Comitê de Priorização do 1º Grau.

§ 1º O Comitê será presidido pelo Juiz indicado pela Presidência do Tribunal.

§ 2º Compete ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), além da responsabilidade prevista no artigo 7º da Resolução CNJ nº 211/2015:

I - orientar as ações e investimentos em TIC, observado o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 4ª Região e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.

II - formular políticas de utilização e desenvolvimento dos recursos de informática disponíveis na 4ª Região.

III - indicar as diretrizes de desenvolvimento de sistemas de informática corporativos.

IV - aprovar padrões de programas, de documentos e de equipamentos de informática em geral.

V - estabelecer cronogramas de desenvolvimento de programas e de instalação e desativação de equipamentos.

VI - indicar a contratação de serviços externos terceirizados, quando necessário ou conveniente.

§ 3º O Comitê funcionará como órgão consultivo da Presidência do Tribunal, nos assuntos relativos à área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

§ 4º Cabe à Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal manter o registro de todas as reuniões realizadas pelo comitê.

Art. 2º Estabelecer o COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO com a seguinte composição:

I - Diretor de Tecnologia da Informação do Tribunal

II - Diretor da Secretaria de Sistemas Judiciais do Tribunal

III - Diretor da Secretaria de Infraestrutura e Tecnologia do Tribunal

IV - Diretores dos Núcleos de Tecnologia da Informação das Seções Judiciárias da Justiça Federal da 4ª Região

Parágrafo único. As atribuições do Comitê de Gestão são aquelas previstas no artigo 7º da Resolução CNJ nº 211/2015.

Art. 3º As reuniões do Comitê ocorrerão, preferencialmente, com o uso do sistema de videoconferência para os participantes lotados em outras cidades.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderão ser designadas reuniões presenciais, desde que previamente justificadas e autorizadas quando gerarem despesas de deslocamento para o Tribunal ou para as Seções Judiciárias.

Art. 4º Esta resolução revoga a Resolução nº 125, de 16/11/2017, e entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Luiz dos Santos Laus, Presidente**, em 24/07/2019, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4747999** e o código CRC **421843E7**.

